

< Relatório >

**Grupo de Estudos
para
Assistência e Cooperação por Países**

República Federativa do Brasil

Fevereiro de 1991

Japan International Cooperation Agency

IIC
JR
91-11

国際協力事業団

22178

JICA LIBRARY



1089397(2)

22178

Apresentação

Fevereiro de 1991

Sr. Kensuke Yanagiya
Presidente
Japan International Cooperation Agency

O Brasil é uma nação com imenso território, solo fértil e rico em recursos naturais. Por outro lado, pelo avanço da imigração e conseqüente miscigenação entre diferentes povos, constitui uma nova nação com ampla diversidade racial e étnica. Maximizando estes fatores atrativos e sua potencialidade, esta nação conseguiu, através da política de ampliação da demanda global e da ativa introdução do capital estrangeiro, da década dos 60 até meados de 70, um alto crescimento econômico com um índice médio anual aproximado de 10%. Esta façanha foi admirada mundialmente como sendo "o milagre brasileiro". No entanto, travado pela crise de petróleo, surgiram-se, simultaneamente, uma série de problemas, desde a crise do balanço de pagamentos internacionais, o acúmulo das dívidas externas, o aumento progressivo do déficit do setor público, e até a inflação desenfreada. Nessas circunstâncias, medidas como o arrocho financeiro, a supressão da demanda interna e a diminuição do déficit público têm sido adotadas nos últimos anos. Porém, seus resultados nem sempre têm sido satisfatórios.

O governo Collor, que assumiu o poder em março de 1990, adotou políticas drásticas de combate à inflação, ao mesmo passo que anunciava, como sendo uma meta a médio prazo, a modernização da economia através da indução da liberdade do comércio internacional e do princípio de competição livre, paralelamente à adoção das políticas de proteção ambiental e erradicação da pobreza como sendo assuntos de importância crítica. Da parte do Japão, para viabilizar o desenvolvimento contínuo daquela nação, seria necessário, juntamente à cooperação para modernização da economia, dar maior ênfase na cooperação para assuntos ambientais. No que se refere à erradicação da pobreza, é necessário o fortalecimento da assistência e da cooperação, visando especialmente o ajuste da disparidade de distribuição de renda entre classes sociais, assim como dentre regiões, representada por regiões Sul e Sudeste do Brasil afluentes e regiões Norte e Nordeste carentes.

Este Grupo de Estudos foi estabelecido, em maio de 1990, atendendo à designação feita pelo presidente da JICA. Desde então, o Grupo promoveu sete encontros incluindo debates abertos ao público, e executou viagens para investigação in loco, incluindo entrevistas com autoridades governamentais relacionadas. Dessa modo, o Grupo veio estudando a situação do progresso sócio-econômico, acumulando uma série de debates para definição do modo de assistência japonesa para o desenvolvimento do Brasil.

O Grupo gostaria de enfatizar que, para a execução destas pesquisas, investigações e debates, assim como para a elaboração deste relatório, contou-se com uma participação positiva e valorosa não somente dos membros deste Grupo, mas também da equipe do Ministério de Relações Exteriores da divisão encarregada nesses assuntos, e dos membros do grupo de tarefa específica composto principalmente por funcionários da JICA.

Desta maneira, este relatório é o fruto de trabalhos em conjunto. Considerando a importância da reforma sócio-econômica do Brasil, o Grupo deseja sinceramente que este relatório possa ser útil para a definição da assistência efetiva do nosso país, para poder contribuir, mesmo que seja a nível modesto, não somente ao progresso do Brasil, mas também ao relacionamento amistoso entre Brasil e Japão.

atenciosamente,

Hajime Mizuno
Coordenador
Grupo de Estudos para
Assistência e Cooperação ao Brasil

ÍNDICE

I.	Perspectivas para Contemplar Cooperações com o Brasil	1
II.	Temas e Fatores Restritivos do Desenvolvimento no Brasil	4
	1. Supressão da Inflação, Finanças Equilibradas e Reforma SÓCIO-ECONÔMICA	4
	2. Ajuste das Disparidades Regionais	5
	3. Importância do Desenvolvimento de Recursos Humanos	6
	4. Ajuste da Disparidade entre Classes Sociais e Erradicação da Pobreza	7
III.	Prioridades da Estratégia para Cooperação ao Desenvolvimento	10
	1. Modernização da Economia e Desenvolvimento Sustentado	11
	2. Incremento na Cooperação Sanitária e Médica	12
	2-1. Cooperação para o Ajuste da Disparidade Regional	12
	2-2. Promoção da Cooperação em Pesquisas e Incremento das Cooperações Triangulares	13
	2-3. Apoio ao Esquema de Tratamento Médico para População Carente das Áreas Urbanas	13
	3. Promoção da Cooperação às Indústrias Agropecuária, Silvícola e Pesqueira	14
	3-1. Agricultura	14
	3-2. Pecuária	15
	3-3. Indústria Silvícola	16
	3-4. Indústria Pesqueira	17
	4. Incremento da Cooperação ao Setor do Meio Ambiente e Intensificação das Considerações ao Meio Ambiente	17
	4-1. Problema do Meio Ambiente Natural	19
	4-2. Problemas da Poluição nas Áreas Urbanas e Mínero-Industriais	20
	4-3. Aproveitamento Racional de Recursos Ambientais e Cooperação para suas Pesquisas	21
	5. Cooperação ao Desenvolvimento de Recursos Humanos e Cooperação Científica e Tecnológica	21
	5-1. Cooperação ao Desenvolvimento de Recursos Humanos	21
	5-2. Cooperação Científica e Tecnológica	22
	6. Aperfeiçoamento de Infraestruturas	22
	7. Promoção de Cooperações nos Setores Mínero-Industriais e Energético	23
	7-1. Indústria	23
	7-2. Indústrias de Mineração e de Energia	24

IV.	Pontos a Considerar na Execução das Cooperações	25
1.	Identificação e Formulação de Melhores Projetos através das Consultações Mútuas Nipo-Brasileiras	25
2.	Considerações quanto às Disparidades Regionais	25
3.	Considerações Ambientais em Ocasões de Execução de Cooperações	26
4.	Ponderação à Dinâmica do Setor Privado	27
5.	Consonância entre Governos Federal e Estaduais e Órgãos Administrativos Regionais	28
6.	Conhecimentos e Experiências dos Integrantes da Colônia Japonesa	28
7.	Considerações sobre o Papel de Mulheres no Desenvolvimento (WID: Women in Development)	29
V.	Considerações a Respeito do Sistema Japonês de Assistência e Cooperação	30
1.	Formulação de Assistências Ativas e Planejadas e Promoção de Diálogos Políticos	30
2.	Operação Flexível de Cooperações	31
3.	Promoção de Cooperações entre Nações em Desenvolvimento	32

I. Perspectivas para Contemplar Cooperações com o Brasil

O Brasil possui o quinto território mais amplo do mundo (8.512.000 km²), e uma rica diversidade de condições climáticas que envolve regiões de floresta tropical úmida, temperada e semi-árida. A sua população, de 150 milhões de habitantes, também apresenta uma composição diversificada com índios nativos, imigrantes europeus, negros africanos, imigrantes asiáticos, incluindo japoneses, além de imigrantes provenientes de países vizinhos do Brasil. Esta vastidão territorial e multiplicidade étnica e cultural são as características mais marcantes desta nação. Exatamente este território extenso e fértil, abundante em recursos minerais e multiplicidade étnica do seu povo são os fatores atrativos desta nova nação, distinguindo-se de outras nações recém industrializadas ou em desenvolvimento, pois estes fatores têm servido como fontes de energia, repleta de diversidade e de criatividade. Por outro lado, exatamente esta excessiva dimensão territorial e diversidade climática, étnica e cultural, tem dificultado a expansão de serviços públicos administrativos, tais como educacionais e médicos, além do aperfeiçoamento das infra-estruturas social e industrial. Ao contemplar o desenvolvimento do Brasil, não se deve ignorar estas disparidades entre regiões e em distribuição de renda, que têm sido as causas que dificultam o processo de solidariedade do povo como uma nação.

Porém, mesmo com estas qualidades tão diversificadas, tem sido possível manter a integração da nação sem maiores tensões sociais, verificando-se efeitos positivos destas características nas áreas política, econômica e cultural. Como fatores que contribuíram para o tal, poderíamos mencionar a homogeneidade etimológica (língua portuguesa) e religião (católica), que por sua vez, serviram de alicerce no processo da construção da nação, além do constante esforço pela abolição de qualquer espécie de discriminações na vida social a começar com a proibição da discriminação racial pela Constituição, promovendo igualdade de oportunidades de educação, emprego e emancipação social.

Os sucessivos administradores do poder empenharam-se no desenvolvimento da nação, anunciando uma série de planos tais como "À Busca da Brasilidade", "Exploração do Interior", "Desenvolvimentismo", "Integração Nacional", "Integração Social", e recentemente, "Erradicação da Pobreza", aplicando dinamismo e força da união mencionados acima, e conseguiram certo nível de resultados no que se refere à realização do desenvolvimento econômico. No entanto, nenhum deles obteve êxito nas tentativas para os ajustes da disparidade da distribuição de renda, em que 60% das famílias brasileiras ganhando menos que um salário mínimo, nem da disparidade regional evidenciada pelos índices de analfabetos e de mortalidade infantil. Isto poder-se-ia ser explicado pela priorização do desenvolvimento (princípio de eficiência), adotada por sucessivos administradores do poder, deixando a reforma (princípio de igualdade) para o segundo plano, que por sua vez tornou-se como um fator restrigente para o desenvolvimento, cujos detalhes serão mencionados posteriormente.

Observando as últimas tendências econômicas, de 1968 a 1973, nota-se um crescimento anual médio maior que 10%, impulsionado por uma série de planos de desenvolvimento a médio prazo, o que foi um fato internacionalmente admirado como "o milagre brasileiro". E mesmo hoje, a magnitude do seu PIB está muito próximo do das 7 nações economicamente mais avançadas. No entanto, o alto crescimento econômico brasileiro terminou com a primeira crise de petróleo do fim de 1973 a 1974. No fim da década de 80, a nação foi assolada pela violenta hiperinflação, tornando-se em maior nação devedora do mundo (o saldo da dívida externa no fim de 1989 foi de 112,7 bilhões de dólares). Em consequência da crise econômica da década de 80, foram adotadas políticas econômicas contrativas e vários projetos de desenvolvimento foram interrompidos, minucando oportunidades de emprego, agravando a disparidade regional dentro do país, representada pelas regiões Sul e Sudestes afluentes e Norte e Nordeste carentes.

Desse modo, o Brasil experimentou uma fase de alto crescimento econômico nas décadas de 60 para 70, entrando por uma fase do acúmulo de dívida externa pela crise de petróleo, e na década de 80, passa por uma fase de contração econômica e ajuste estrutural. Após este processo, em março de 1990, o governo Collor entra no cenário, anunciando a adoção de uma política de supressão inflacionária como assunto de emergência e meta a curto prazo, e como planos a médio prazo, foram anunciadas a reforma tributária, a abertura de importação e exportação e a modernização da indústria, paralelamente ao gradual ajuste das disparidades social e regional. Nessas circunstâncias, pressupõe-se que os primeiros cinco anos da década de 90 será uma fase crítica para o Brasil para obtenção do êxito na reforma sócio-econômica e consolidação da base do desenvolvimento autônomo. Diante a esta situação, da parte japonesa, será de extrema importância conceber cooperações com o Brasil no sentido de apoiar estas reformas sócio-econômicas e contribuir para o processo de consolidação da base para um desenvolvimento autônomo.

O problema ambiental tem causado profundas preocupações nos últimos anos como um problema de maior austeridade. Tem sido notável, a destruição da natureza como o desmatamento no desenvolvimento agropecuário e desertificação do Nordeste (deterioração do solo), a poluição ambiental atmosférica nas áreas metropolitanas e mínero-industriais, assim como a contaminação de água por esgoto doméstico e detritos industriais. Dessa maneira, cabe ao Brasil considerar, como temas de importância crítica para o desenvolvimento, paralelamente à reforma sócio-econômica, a preservação e o aprimoramento do meio ambiente. Especialmente em relação à floresta tropical úmida da bacia amazônica, que ocupa aproximadamente a metade da área total das florestas tropicais existentes no mundo, a tarefa de preservação e desenvolvimento apropriado deve ser considerada não somente como um problema brasileiro, mas também global, ponderando a influência que esta floresta exerce sobre condições climáticas da Terra como um todo.

Diante a longa história de amizade nipo-brasileira e importante posição que o Brasil ocupa na América Latina, a nossa nação tem cooperado ativamente nos setores de agricultura, de minero-indústria, de saúde/higiene/medicina e de formação de recursos humanos. Ultimamente, tem crescido o número de demandas de cooperação técnica na área do meio ambiente, como foi mencionado acima, e também na área de tecnologia de ponta. Outrossim, o que merece especial atenção é o fato de que o Brasil tem exercido um papel de líder nos anos recentes em relação às nações do Terceiro Mundo, ou seja, trata-se do aproveitamento das bases de treinamento da JICA para terceiras nações, sustentadas pelo alto nível tecnológico do Brasil. Nesses termos, tem sido executada a recepção de estagiários não somente da área da América Latina, mas também de outras nações geograficamente mais distantes que compartilham a mesma língua portuguesa como Moçambique e Angola, realizando uma cooperações técnicas extremamente eficientes e frutíferas. Portanto, é desejável um reforço intensificado no relacionamento de amizade e de cooperação nipo-brasileira.

Ao conceber a cooperação com esta nação, embora também seja importante a assistência para um desenvolvimento extensivo e progressivo aproveitando as características dinâmicas do Brasil, é preciso, acima de tudo, ponderar as situações criadas por disparidades notáveis entre regiões e por distribuição de renda. Enfocando estes pontos, é necessário executar cooperações para melhoria de serviços de educação, saúde e tratamento médico para moradores de regiões cujas bases de estrutura sócio-econômica ainda estejam precárias. E ao mesmo tempo, cooperar no sentido de aperfeiçoamento de infraestruturas, aprimoramento técnico, indução de novas tecnologias, e treinamento vocacional visando elevação do nível de vida e renda estável. Por outro lado, para poder atender à ampla gama de demanda de cooperação para o desenvolvimento, que abrange desde cuidados primários de saúde até tecnologia industrial de ponta, seria indispensável o estabelecimento de um esquema de comunicação densa, assim como o fortalecimento e o incremento no sistema de execução das cooperações. Paralelamente, também serão importantes, a cooperação e a promoção de trabalhos em relação a problemas ambientais, com a aplicação de considerações ambientais em todos os setores para realização de um desenvolvimento econômico sustentado.

II. Temas e Fatores Restritivos do Desenvolvimento no Brasil

1. Supressão da Inflação, Finanças Equilibradas e Reforma Sócio-Econômica

Da década de 60 até meados de 70, o Brasil estabeleceu sucessivamente uma série de planos de desenvolvimento a médio prazo tais como "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social", "Plano de Ação Econômica do Governo" e "Plano Estratégico do Desenvolvimento a Médio Prazo". A par disso, foram adotadas políticas para o aumento da demanda global através da ampliação de créditos no setor privado e promoção de exportação, e visando a industrialização orientada à indústria pesada e química, induziu-se intensivamente capitais estrangeiros, registrando um alto crescimento econômico que evoluiu cerca de 10% por ano.

No entanto, quando este alto crescimento econômico chega ao fim com a primeira crise de petróleo, ocorrida a partir do fim de 1973 até 1974, o Brasil executou o audacioso "II Plano Nacional do Desenvolvimento" que incluía a exploração de petróleo, o desenvolvimento das energias alternativas, assim como a substituição de importação de bens de capitais e bens intermediários, na tentativa de conter a crise do balanço de pagamentos internacionais. Porém, a execução deste II PND foi marcada com o aumento do déficit do setor público, acúmulo das dívidas externas e inflação progressiva. Assim como na primeira crise de petróleo, o Brasil foi a vítima da segunda crise de petróleo em 1980. A situação da dívida externa foi agravada com a tendência mundial pela elevação de juros, finalmente, entrando numa crise do balanço de pagamentos internacionais em 1982.

Para enfrentar esta crise econômica, na tentativa de controlar a demanda global, foram adotadas medidas como a restrição monetária e a interrupção dos projetos desenvolvimentistas, principalmente aqueles ligados ao aperfeiçoamento da infraestrutura. Consequentemente, foram verificados vários sintomas como a queda na produção de diversos setores, inclusive de minero-indústria, o aumento do desemprego e crescimento do setor informal, terminando em grave estagnação econômica. Posteriormente, a inflação ressuscita-se em consequência da abnegação à política do controle da demanda global, seguida de sucessivos fracassos na política de estabilização, terminando em hiperinflação e estagnação das atividades econômicas.

O governo Collor, estabelecido em março de 1990, na tentativa de solucionar esta crise econômica, posicionou o controle da inflação como tema de emergência e de prioridade crítica, executando o confisco das poupanças para enxugar a excessiva liquidez da moeda no mercado, e ao mesmo tempo, intensificou a coleta tributária e cortou os gastos públicos visando equilibrar a finança nacional. Até o presente momento, embora o índice de inflação tenha caído do nível da hiperinflação, ainda

não está suficientemente sob controle, flutuando pela casa dos 10% ao mês. Além do mais, a situação não pode ser considerada otimista, se observarmos o decréscimo na produção mínero-industrial por falta de recursos financeiros, tanto como o aumento no índice de desemprego. Por outro lado, o governo Collor anunciou, como temas a médio prazo, as políticas de privatização das estatais, liberação das importações e aumento da produtividade e eficiência das indústrias, através do avanço tecnológico e modernização das mesmas, a fim de garantir a competitividade no mercado internacional, assim como de reformas estruturais. A avaliação definitiva do Plano Collor ainda dependerá da resolução dos problemas da inflação, do déficit público e das dívidas externas, ao passo que, terá de recuperar a confiança do povo em relação à sua política, para prosseguir com estas reformas sócio-econômicas com determinação. Apesar dessas situações, o Japão deve cooperar ativamente no que tange à modernização das indústrias por meio de, por exemplo, transferência de tecnologia e formação de recursos humanos.

2. Ajuste das Disparidades Regionais

Observando os indicadores sócio-econômicos do Brasil, assemelham-se com figuras numéricas de uma nação do tipo medianamente desenvolvida. Porém, na realidade, estes indicadores são apresentados em forma compensatória da disparidade existente entre regiões Sudeste e Sul, que envolve grandes e modernas metrópoles como São Paulo, e regiões Norte e Nordeste, que por sua vez, ainda estão em vias de desenvolvimento incluindo a Amazônia. Por exemplo, se observarmos apenas as regiões Norte e Nordeste através dos índices sanitários, como o percentual de vacinação ou enfermos por doenças, e os índices educacionais que incluem porcentagens de atendimento escolar e alfabetização, os mesmos indicam uma situação similar a das nações mais atrasadas no processo de desenvolvimento, demonstrando uma disparidade marcante com as regiões Sudeste e Sul. Esta extrema disparidade regional, denominada problema norte-sul do Brasil, é uma das características da estrutura sócio-econômica desta nação.

As regiões Norte e Nordeste, antes de obterem resultados do aperfeiçoamento na infraestrutura social, sofreram uma série de choques pela interrupção dos projetos de desenvolvimento como resultado da crise econômica da década de 80. Conseqüentemente, houve uma queda em termos quantitativa e qualitativa dos serviços sociais, além da contração das oportunidades de emprego. Por outro lado, no que tange à destruição ambiental, têm sido observados o processo de deterioração dos solos (desertificação), destruição florestal em consequência dos desenvolvimentos agropecuários, poluição das águas pelo desenvolvimento mínero-industrial e contaminação de mercúrio pela garimpagem. Como os fatores que têm impedido estruturalmente o progresso sócio-econômico destas regiões, podemos mencionar o ambiente natural da Amazônia que repele a intenção humana, as rigorosas condições climáticas do Nordeste que tem causado frequentes secas num intervalo de 8 a 10 anos, assim como o atraso dos investimentos para desenvolvimento e infraestrutura social, e a existência da classe carente que representa a maioria da população.

O atraso do desenvolvimento no setor industrial destas regiões tem inibido o desenvolvimento social, que por sua vez, atrasa ainda mais a formação de recursos humanos, gerando mais pobreza, perpetuando-a. Portanto, este gênero de disparidade regional cria um círculo vicioso. Exatamente este círculo vicioso resultante da disparidade regional é que tem sido o fator restritivo do desenvolvimento brasileiro. Por conseguinte, pode-se afirmar que, a extinção deste círculo vicioso é um tema de primordial importância.

Ao cooperar com o Brasil daqui adiante, seria preciso dar máxima prioridade às cooperações dos projetos das regiões Norte e Nordeste que visem o ajuste desta disparidade regional. Os projetos prioritários seriam aqueles que visem o aperfeiçoamento da infraestrutura social e desenvolvimento rural integrado, e que respondam às necessidades básicas da vida, como educação, saúde/higiene e tratamentos médicos.

3. Importância do Desenvolvimento de Recursos Humanos

Embora a qualidade da educação superior no Brasil tenha sido aprimorada em consequência das reformas educacionais efetuadas em 1968 e 1971, não chegou a garantir bases educacionais modernas e de boa qualidade para educações primária e secundária. A educação é obrigatória durante os 8 anos para crianças de 7 a 14 anos de idade. O índice de atendimento escolar das crianças indicou um aumento, de 78% em 1970 para 85% em 1980. Não obstante, apenas 17,2% das crianças concluíram os 8 anos do ensino primário no período 1970/1980, criando sérios problemas pela grande quantidade de estudantes reprovados e desistentes. O ensino secundário é de 3 anos, correspondendo ao curso colegial do Japão, sendo dividido em curso geral e curso de especialização. Os índices de atendimento escolar cresceram de 9,51% em 1970 para 20,42% em 1980, porém, similarmente ao caso do curso primário, há grande quantidade de estudantes reprovados e desistentes, sendo que o número daqueles que concluem o curso não chega a ser a metade do total. Além destes cursos secundários, existem instituições educacionais de treinamento vocacional como SENAI e SENAC.

A disparidade regional tem ocorrido exatamente justaposta sobre a disparidade educacional. Por exemplo, o índice nacional médio de alfabetização para indivíduos acima de 7 anos em 1987 foi de 78,5%, enquanto nas áreas urbanas foi de 85,0%, e nas áreas rurais, demonstrou um nível baixo com apenas 59,3%. Supõe-se que este fenômeno é decorrente, principalmente, da existência do grande número de adultos, das gamas etárias mediana e avançada, que não tiveram oportunidade de acesso à educação. Especialmente em famílias pobres, encontradas em quantidades nas áreas rurais, quanto mais prolongado for o período de educação dos filhos, torna-se mais onerosa, e aumenta o número de crianças reprovadas e desistentes, além dos frequentes casos de inacessibilidade à educação das crianças por estas serem contadas como mais uma mão de obra pela subsistência.

Portanto, como pré-requisito à extinção definitiva do círculo vicioso da disparidade educacional, seriam necessários não somente de uma reforma social drástica, mas também a nível de conscientização do povo. Por outro lado, não poderíamos ignorar o problema da falta de instalações de instituições educacionais e professores que não tem conseguido acompanhar o crescimento acelerado do número de crianças, resultando em agravamento na qualidade de educação.

Este tipo de atraso e disparidade na educação acarreta dificuldades no fornecimento desejável de recursos humanos, que seriam os responsáveis pela sociedade e economia brasileira. Nesses termos, há uma polarização em dois extremos, ou seja, um grupo minoritário da elite com educação superior, e outro grupo majoritário de trabalhadores não qualificados com pouca ou nenhuma educação, refletindo na disparidade regional em termos de distribuição de recursos humanos. Por isso, é necessário cooperar na promoção da formação de recursos humanos no setor educacional, assim como para o enraizamento dos mesmos nas diversas regiões.

O setor industrial brasileiro deverá recuperar-se do atual atraso no processo de modernização oriundo da política protecionista, que vigorou até dias recentes. Para isto, será necessário aprimorar em termos de eficiência, produtividade e qualidade, visando obtenção de competitividade no mercado internacional. Para tal fim, é preciso preparar uma grande quantidade de trabalhadores qualificados que possam manter produtividade e controle de qualidade de alto nível. Da mesma forma, a formação de técnicos de nível intermédio, nas indústrias de equipamentos da informática e nas áreas de tecnologia de ponta, serão indispensáveis para o progresso industrial brasileiro. Desse modo, será necessário uma cooperação para o preparo de um sistema de formação e educação de recursos humanos com uma participação ativa dos setores tanto público como privado.

4. Ajuste da Disparidade entre Classes Sociais e Erradicação da Pobreza

Até o fim do século XIX, a sociedade brasileira baseava-se sobre uma agricultura latifundiária vinculada ao sistema de escravidão. Pela abolição do sistema de escravidão, em 1888, a maioria dos negros e mestiços, que compunham os 60% da população daquela época, foi libertada. Entretanto, esta população, que não teve oportunidade de suficiente treinamento nem educação, acabou tornando-se em trabalhadores instáveis não qualificados ou marginais das áreas urbanas e rurais, estagnando-se no fundo das classes sociais. Enquanto isto, os brancos, seus senhores durante a época da escravidão, mantiveram seus poderes político e econômico, formando uma nova classe social alta. Os processos de industrialização e urbanização no Brasil, que tiveram o seu início na década de 1920, serviram para fomentar uma nova classe média composta por pequenos e médios proprietários de terra, empresários, escriturários e trabalhadores capacitados. Principalmente, a partir da década de 1950, como resultado do desenvolvimento industrial acelerado,

o surto da classe média contribuiu para que transformasse as grandes metrópoles brasileiras em sociedades dinâmicas. Ampliaram-se oportunidades de ascensão social para indivíduos da nova classe média permitindo a passagem para classe alta por meio de educação e labor. Porém, isto não significava que os da classe baixa tivessem o mesmo privilégio de obter chances de ascensão social, ampliando assim, unilateralmente, a disparidade entre classes representadas por abastados minoritários e carentes majoritários.

Especialmente no que tange ao sistema fundiário, em 1985, verificou-se que 4,2% da força de trabalho, correspondendo apenas a 0,83% das unidades de produção, eram proprietárias de grandes terras agrícolas superiores a 1.000 hectares, ocupando 43,8% da área total agrícola do país. Por outro lado, 39,8% da força de trabalho, correspondendo a 52,9% das unidades de produção, eram proprietárias de pequenas terras agrícolas menores que 10 hectares, ocupando apenas 2,6% da área total agrícola do país. Dessa maneira, a realidade demonstra que a disparidade de distribuição de renda entre classes sociais é um fato evidente, impedindo a mobilidade em ambos sentidos social e econômico. Pode-se afirmar que a rigidez das classes sociais e disparidade econômica são os produtos remanescentes do sistema de escravidão e latifundiário do passado, sendo que esta tendência é mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste, onde as estruturas sócio-econômicas tradicionais estão ainda profundamente enraizadas.

Outra característica da sociedade brasileira contemporânea é o alargamento da diferença entre abastados e carentes dentro do processo de industrialização. Foram marcados, desde a segunda metade da década de 1960 até a primeira metade da década de 1970, um avanço econômico com índice anual acima dos 10%, ao passo que aumentava a disparidade na distribuição de renda entre classes. Da mesma forma, como o processo de industrialização ocorreu principalmente nas regiões Sudeste e Sul, aumentou também a disparidade regional dentro do contexto sócio-econômico.

Observando a renda, por exemplo, os 25% da população, composta por aqueles de maior renda, que em 1960 representavam 62,5% da renda nacional bruta, aumentaram a sua participação para 70,5% em 1985. Enquanto isto, os 50% da população, composta por aqueles de renda baixa e média baixa, que em 1960 representavam 15,9% da renda nacional bruta, sofreram uma queda na sua participação para 13,0% em 1985. O problema da pobreza é grave, sendo que, em 1985, 11 milhões de famílias, correspondente a 35% da população total, foram classificadas como famílias pobres com renda menor que um salário mínimo. Dessas, 4,7 milhões são famílias absolutamente pobres com uma renda menor que um quarto do salário mínimo. A população pertinente a esta gama de famílias pobres é de 53 milhões, correspondendo a 41% da população total brasileira. Vale ressaltar que, os 48,6% da população pobre e os 59,4% da população absolutamente pobre estão concentradas nas regiões Norte e Nordeste, demonstrando a nítida existência da pobreza regional.

O fenômeno que tem acompanhado o processo de industrialização no Brasil é o crescimento urbano, sendo que o fator pobreza tem atuado como agente acelerador deste crescimento. De 40 a 50% do crescimento demográfico da cidade de São Paulo, da década de 1940 até a década de 1970, foi principalmente em decorrência do influxo da população carente da região nordeste. Estes imigrantes formaram zonas residenciais ilegais nas periferias da cidade, denominados de favelas. Estima-se que, no início do século XXI, a população urbana do Brasil deverá atingir os 90% do total, e a realidade tem demonstrado que os processos do desenvolvimento e aperfeiçoamento urbano não têm conseguido acompanhar o ritmo veloz do crescimento demográfico. O processo de industrialização que foi introduzido sem ter resolvido os problemas das disparidades regionais e entre classes, não somente agravou a diferença entre afluentes e carentes, mas também aumentou as disparidades entre classes sociais e regionais previamente existentes. Esta distorção da estrutura social e regional será o maior fator restritivo no desenvolvimento sócio-econômico do Brasil para o futuro, e certamente, este ajuste será um tema inevitável para a erradicação da pobreza.

III. Estratégias Prioritárias para Cooperação ao Desenvolvimento

O novo governo Collor anunciou políticas de consolidação da democracia, promoção da coordenação internacional com nações ocidentais através do diálogo e cooperação. E como política econômica, tem executado vigorosamente o Plano Collor que tem como meta de máxima prioridade a contenção da inflação. Os principais temas a médio prazo deste Plano consiste em modernização da economia, a fim de incrementar a competitividade da indústria nacional, através da privatização das estatais e liberalização de importação e exportação. Outros temas que foram considerados prioritários são medidas relacionadas à dívida externa, equilíbrio das finanças públicas através da reforma tributária, preservação do meio ambiente e erradicação da pobreza. Sob esta nova política, o lado brasileiro demonstrou ao Japão suas intenções quanto à execução de futuras cooperações nipo-brasileiras, que consiste em estudos e pesquisas conjuntas (Programação Conjunta), pelo fato de Japão ter sido um parceiro constante e íntimo nas cooperações econômicas e técnicas, e assim viabilizaria definição do consenso e aprofundaria a compreensão mútua para empenhar-se na identificação de projetos efetivos e eficientes.

Nessas circunstâncias, ao planejar e executar cooperações com o Brasil, será necessário observar os temas da nova política econômica presentemente conduzida pelo governo brasileiro, considerando também o desenvolvimento sustentado em harmonia com o meio ambiente, por se tratar de um tema global, assim como o tema do ajuste da disparidade regional. Para cooperar com estas metas, será necessário adotar uma abordagem integrada, por meio de interação orgânica e flexível entre diferentes cooperações, sem se limitar em métodos convencionais de abordagem em que cooperações estão categorizadas por modalidades, setores ou projetos. Outrossim, para que a cooperação tome melhor fluxo e eficiência, na "entrada" do ciclo de cada projeto, é importante assumirmos iniciativas através da consulta mútua minuciosa e dos trabalhos de investigações e pesquisas conjuntas nipo-brasileiras.

É reconhecido como de especial importância, as cooperações japonesas com o Brasil nos seguintes setores:

- (1) Modernização da economia e desenvolvimento sustentado
- (2) Contramedidas para erradicação da pobreza (saúde/higiene/medicina e formação de recursos humanos)
- (3) Assuntos relativo ao meio ambiente

Para a realização concreta de tais cooperações, será necessário a execução dos trabalhos em cada setor de acordo com seguintes abordagens.

1. Modernização da Economia e Desenvolvimento Sustentado

O maior tema do Brasil para a década de 1990 será a realização da modernização da economia, tanto pela indução de liberalização do comércio internacional, como pelos princípios de competição livre e dinamização da indústria nacional. Como as sociedades e economias internacionais estão altamente interdependentes, será grande o papel que o Brasil deverá desempenhar neste âmbito. Portanto, a realização da modernização da economia brasileira, pelo estabelecimento de uma economia estável e autônoma, será também de importância crítica à sociedade e à economia internacionais. Dessa maneira, inclusive o Japão terá de basear-se sobre esta visão, cooperando ativamente para modernização da economia brasileira. Em termos concretos, as cooperações da parte japonesa abrangeriam desde os trabalhos em conjunto, que começariam a partir das etapas de elaboração das diretrizes, dos planejamentos e dos projetos, enviando consultores especializados em política de desenvolvimento e planejamento que possam cooperar nesse sentido.

Dentro do Japão, poder-se-ão apoiar as atividades do setor privado, no sentido de promoção, incentivo de investimentos, intercâmbio e cooperação, estabelecendo um sistema que permita proporcionar maior participação às cooperações governamentais de desenvolvimento. Quanto aos planos anunciados pelo governo Collor, referente à nova política industrial, tanto o Plano de Competitividade Industrial (PCI), como o Plano Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), poderão ser enviados os especialistas em administração de empresas no sentido de cooperação por meio de transferência de tecnologias. Especialmente em relação à transferência de tecnologia, o Japão poderá proporcionar uma cooperação valiosa e eficiente para a modernização da economia brasileira, aproveitando experiências e conhecimentos que o Japão veio acumulando nas áreas de tecnologia industrial de ponta, tecnologia de controle de qualidade, manutenção e controle de produtividade, estruturação da rede de informações, etc.

Por outro lado, a coexistência do meio ambiente com o progresso através do desenvolvimento sustentado tem sido um tema global, também é um tema de máxima prioridade para o Brasil. Portanto, especial ponderação ao meio ambiente será requisitada na modernização da economia. Em termos concretos, seria necessário, primeiramente, intensificar o aproveitamento racional e efetivo dos recursos naturais para minimizar os desperdícios de energia no sentido de incrementar a produtividade e competitividade da indústria brasileira. Dessa maneira, poder-se-á esperar por efeitos na conservação de recursos esgotáveis e frear o ritmo da destruição ambiental. A transferência da tecnologia japonesa para racionalização de energia, juntamente com a transferência de medidas preventivas de poluição, poderá contribuir para realização do desenvolvimento econômico sustentado no Brasil, portanto, existe uma grande expectativa pelo progresso nesta área para o futuro.

2. Incremento na Cooperação Sanitária e Médica

2-1. Cooperação para o Ajuste da Disparidade Regional

O assunto sanitário e médico é um setor que tem evidenciado nítida disparidade regional no Brasil. Nas áreas urbanas das regiões Sudeste e Sul, verifica-se poucas ocorrências de doenças tropicais, sendo que maiores causas de mortes são equiparadas com as das nações desenvolvidas, tais como enfermidades de órgãos circulatórios e tumores malignos, revelando uma ampla disparidade com a região Nordeste. Na região Nordeste, há ocorrência crônica de enfermidades tropicais como malária e parasitas, além da doença hanseníase e de doenças diarréicas. E quanto às vacinas preventivas, o índice de difusão da vacina tripla ainda está na casa dos 50%, equiparando-se com os níveis das nações menos desenvolvidas (LDC segundo critério da ONU).

Inclusive para atingir à meta anunciada pela Organização Mundial da Saúde "Saúde para todos até o ano 2000" (Declaração de Alma Ata, 1978), é necessário que a assistência e a cooperação sanitária e médica ao Brasil seja dirigida prioritariamente a estas regiões do Norte e Nordeste, com o intuito de incrementar serviços primários de tratamento médico. Vale frisar que, esta cooperação sanitária e médica não deve ser um programa uniforme para toda a nação, e sim, um programa minucioso ponderando a vastidão territorial, que envolve diferentes ambientes naturais, multiplicidade étnica e cultural, para possibilitar um atendimento à ampla variedade de demandas.

Quanto ao tratamento básico sanitário e médico, pode-se notar que, através do exemplo do Programa Expandido para Imunização, considerado como um dos programas mais importantes na prevenção de contaminação, é um trabalho exaustivo e laborioso vacinar indivíduos um por um, e requer participação das comunidades locais dispersas em imensas áreas.

A cooperação da nossa nação tem sido através do método convencional centralizado, essencialmente por meio do método de cooperação por projetos, participando tanto na formação de médicos especialistas como no setor de medicina terciária. Embora este método central não se exonere da sua importância, para incrementar os serviços médicos básicos nas regiões Norte e Nordeste, será necessário apoiar os processos de institucionalização dos serviços médicos comunitários locais e distribuição regional da autonomia de administração médica, ambos em vias de preparação pelo Brasil. Para tal objetivo, será importante cooperar tanto no aspecto da formação do quadro paramédico relativo à institucionalização a nível local, como no aspecto da educação e divulgação visando conscientização e elevação do nível sanitário/higiênico das comunidades locais.

Quanto às estratégias e metodologias de cooperação, já foram apresentadas as expectativas pela participação em diversos componentes de projetos e programas de múltiplas finalidades ao Japão. Desse modo, seria desejável uma cooperação que permita uma operação mais ainda flexível e ativa do que anteriores, inclusive de apoio aos custos locais e coordenação com outras entidades de cooperação.

2-2. Promoção das Cooperações em Pesquisas e Incremento das Cooperações Triangulares

Paralelamente ao incremento dos serviços médicos básicos, também é importante uma cooperação médica de alto nível tecnológico aos setores em que o processo de institucionalização já estejam concluídos, pois assim, pode-se esperar por excelentes resultados.

No que tange à produção e controle de qualidade das vacinas, a transferência de tecnologias ao Brasil está sendo conduzida satisfatoriamente. E hoje, já se verifica a execução de cooperações com bases estabelecidas no Brasil em termos de treinamento para terceiras nações da América Latina. Recentemente, tem se verificado também a participação de estagiários das nações africanas como Moçambique e Angola, favorecidas pelo uso da língua comum portuguesa. Como importantes temas de cooperação para o futuro, inclusive por estes serem os de maior solicitação para transferência de tecnologias, poder-se-ia mencionar as medidas preventivas de poliomielite e cooperação nas pesquisas de doenças tropicais, assim como para formação de pesquisadores. O fato do alto grau de solicitação pela transferência de tecnologias, favorecido pelo alto nível tecnológico existente nessas áreas médicas, possibilitaria subsequentes cooperações na transferência de tecnologias para nações da América Latina, assim como para outras nações de língua portuguesa. Nesse sentido, é necessário incrementar ativamente as cooperações internacionais para terceiras nações.

2-3. Apoio ao Esquema de Tratamento Médico para População Carente das Áreas Urbanas

Existem no Brasil, além das necessidades de estruturação administrativa do tratamento médico regional, problemas de esquematização da saúde pública e tratamento médico para população carente das áreas urbanas. Especialmente, nas favelas de grandes metrópoles como São Paulo pelo aumento demográfico desenfreado, seus habitantes têm permanecido em péssimas condições de saúde e higiene (enquanto o crescimento demográfico geral da cidade de São Paulo entre 1973 e 1987 foi de 60%, registrou-se um aumento de 1.000% nas favelas desta cidade). Diante a este fato, a Secretaria da Saúde Pública do governo estadual anunciou o Projeto Favela, começando a sua execução em novembro de 1988. Este projeto consiste em instalação de banhos públicos, toilettes públicos, postos de saúde e creches, ao passo que oferece serviços de monitoramento do crescimento das

crianças e educação sobre saúde e higiene aos moradores da comunidade local. Porém, na realidade, a Secretaria de Saúde Pública está enfrentando uma série de dificuldades para garantir médicos e quadros paramédicos experientes que participem deste projeto.

Seria necessário que o Japão estudasse, através das consultas mútuas nipo-brasileiras, possibilidades de cooperação básica, formação e desenvolvimento de recursos humanos para medidas sanitárias e médicas que objetivem o atendimento à população carente das áreas urbanas como a do caso do Projeto Favela.

3. Promoção da Cooperação às Indústrias Agropecuária, Silvícola e Pesqueira

3-1. Agricultura

A agricultura no Brasil tem sido, convencionalmente, uma agricultura extensiva e latifundiária baseada sobre vasta superfície territorial. O Projeto de Desenvolvimento do Cerrado, com o qual o Japão tem cooperado, é um projeto de desenvolvimento agrícola de grande escala utilizando uma terra extensa até então inaproveitada na região do Cerrado. As expectativas são grandes em relação ao efeito econômico favorecido pela escala da sua dimensão, assim como em relação ao enraizamento dos agricultores desta região através da oferta de emprego. Por outro lado, como um dos temas do desenvolvimento agrícola brasileiro do futuro, é a necessidade de converter a sua expansão do sentido horizontal para vertical, por meio de aprimoramento na produtividade e incremento de valores agregados. Mais uma vez, também serão necessárias as considerações ao meio ambiente, exigindo assim, tomadas de medidas mais minuciosas, o que representaria novos temas para cooperação neste setor.

Embora o setor agrícola esteja absorvendo os 30% da força de trabalho, o mesmo representa apenas 10% do PIB, demonstrando assim atraso e deficiência na produtividade. Diante a este fato, as cooperações relativas ao desenvolvimento agrícola para o futuro devem implicar determinação de escalas apropriadas em cada etapa do desenvolvimento. Da mesma maneira, serão necessárias cooperações para o desenvolvimento de tecnologias agrícolas orientadas ao trabalho intensivo com aproveitamento de características de cada região, no sentido de promover o aprimoramento da produtividade.

Como um dos exemplos, pode-se conceber um projeto de desenvolvimento rural integrado que envolva: (1) aperfeiçoamento de espécimes de acordo com as mudanças da demanda; (2) desenvolvimento e difusão das técnicas de irrigação e métodos agrícolas de baixo custo; (3) exploração de novos mercados e reforma no sistema de circulação de mercadorias através do desenvolvimento e difusão das tecnologia de armazenagem, tratamento e empacotamento dos produtos agrícolas;

(4) medidas preventivas de deterioração dos solos e meio ambiente inclusive de manutenção da vigorosidade do solo.

No sentido de acompanhar a nova política econômica brasileira referente à agricultura, os temas de importância crítica são as políticas dos preços de produtos agrícolas, da modernização no sistema de abastecimento, assim como do aprimoramento em meios de transportes e preservação. Dessa maneira, a potencialidade da cooperação nipo-brasileira é alta no contexto da nova política agrícola.

Como muitos dos agricultores carentes do Brasil estão concentrados no Nordeste, pode-se afirmar que a política de medidas para agricultores carentes do Nordeste é o tema mais importante para erradicação da pobreza, tanto como no sentido de ajuste da disparidade regional. O Nordeste é, originalmente, uma região com pouca presença de terra fértil cultivável, e foi ainda mais agravada por condições naturais como clima semi-árido e secas que assolaram periodicamente a região. A deterioração do solo (desertificação) tem sido agravada por fatores de ação humana como queimadas nas roças, desmatamento das caatingas pela extração de lenhas para produção de carvão vegetal, que é o combustível usado nas padarias e olarias, e também, pelo excessivo cultivo nas lavouras.

Por outro lado, o grande número de pequenos e carentes agricultores desta região tem migrado para colonização na Amazônia ou para grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, causando origens para problemas ecológicos e sociais no Brasil. No que tange às medidas para estes carentes agricultores do Nordeste, não devem ser limitadas apenas a tecnologias agrícolas para estabilização da renda pelo incremento de produtividade ou administração rural de atividades diversificadas. Nelas devem ser incluídas também, entre outras, as campanhas educacionais sobre meio ambiente e higiene, o aperfeiçoamento da infraestrutura social para incentivar o enraizamento da população, assim como o empenho pela abordagem dos problemas de posse de terras. Dessa maneira, por se tratar de medidas que requer uma abordagem integrada, será desejável que seja adotado um atendimento flexível e ativo na cooperação técnica e econômica do Japão.

3-2. Pecuária

Nos últimos anos, a indústria pecuária passou por uma fase de intenso desenvolvimento na região da Amazônia pelas empresas frigoríficas para atender ao aumento da demanda da carne. A pecuária desta região está caracterizada pelo baixo custo de produção e baixa produtividade, por adotarem o método de soltura do gado após a queimada da mata. Entretanto, este método tem sido criticado como principal responsável pela destruição florestal, pois a terra desta região não consegue reter a nutrição, travando sucessivos desmatamentos a curto prazo.

O maior tema para a indústria pecuária é conter este método de desenvolvimento pecuário que prejudica o meio ecológico, e descobrir outros métodos que permitam um desenvolvimento sustentado. Em termos concretos, é necessário converter da criação do gado solto de baixa produtividade para uma pecuária intensiva, e é exatamente nesta conversão que será desejável o incremento da cooperação japonesa.

Vale acrescentar que, quanto à suinocultura e avicultura, há expectativas pela cooperação no aprimoramento da tecnologia de produção em termos de incremento na eficiência de criação, principalmente no que se refere aos métodos que possibilitem o encurtamento do período da cultura.

3-3. Indústria Silvícola

No setor da indústria silvícola, antes de mais nada, é necessário o incremento acentuado na cooperação técnica de reflorestamento e preservação florestal diante à importância da preservação ecológica. Especialmente, quanto à floresta tropical úmida, que é o patrimônio desta nação, é reconhecida como sendo importante inclusive ao todo sistema ecológico da Terra. Desse modo, será importante tratar não somente a região da Amazônia, mas também conter a desertificação do Nordeste por meio de reflorestamento e aproveitamento florestal racional. Complementando assim, a preservação da floresta tropical úmida da Amazônia a partir de suas áreas circun-adjacentes. Por conseguinte, mesmo na indústria silvícola, é preciso uma plena ponderação sobre cada uma das características regionais e seus problemas, adotando uma abordagem total que enfoque os relacionamentos de complementação entre regiões.

Os índigenas que vivem na região da Amazônia são, tradicionalmente, dotados de excelentes conhecimentos do manejo florestal, que vivem em harmonia com o ecossistema da floresta tropical úmida, e mantêm um estilo de vida que contribui à preservação do meio ambiente natural. Além dos índios, existem os agricultores que vêm cultivando seringueiras para extração de borracha há muitos anos, chamados de seringueiros, que pela sua necessidade de conviver com a floresta, têm praticado um método agroflorestal tradicional e peculiar. Portanto, será necessário conduzir uma preservação florestal total que inclua considerações tanto à sociedade florestal como à agricultura florestal, pois estes fatores representam a própria vida dos moradores desta região. Ao executar cooperação em pesquisas para preservação do ecossistema da floresta tropical úmida da Amazônia, o Japão terá de considerar a sociedade regional, a vida e a cultura do seu povo, ao mesmo tempo que deverá absorver seus conhecimentos do manejo florestal.

Como pode ser observado pelo exemplo da inundação do Rio de Janeiro, o problema do desmatamento nas bacias é agravante, e o reflorestamento nas bacias das áreas metropolitanas tem se tornando-se em um tema de importância crítica, sendo desejável uma cooperação da nossa nação nesse sentido.

A escala dos projetos deste setor tendem a incorporar grandes dimensões em termos de superfície de reflorestamento e de período de execução, por conseguinte, dificulta a obtenção do êxito pela participação individual de uma única nação ou um órgão cooperante. Dessa maneira, para o desenvolvimento deste setor, é de extrema importância criar um relacionamento de complementação mútua e coordenação entre várias nações cooperantes e órgãos relacionados.

3-4. Indústria Pesqueira

A indústria pesqueira é um setor que mantém uma grande margem a ser desenvolvida, e sob o ponto de vista da elevação do nível de vida dos habitantes da região litorânea, e como fornecimento de fontes de proteína para regiões do interior. Desse modo, é importante difundir os hábitos alimentares baseados em peixes, através do aperfeiçoamento da tecnologia do cultivo de camarões e de peixe de água doce, assim como da infraestrutura para abastecimento.

Embora a indústria pesqueira mantenha amplas margens inexploradas em termos de recursos naturais e de aperfeiçoamento da estrutura industrial, não está suficientemente provida de instituições de pesquisas superiores relativas à oceanografia e à indústria pesqueira. Tratando-se de um setor forte do Japão, há fortes potencialidades na participação da nossa nação, desde a cooperação em pesquisas de alto nível até na formação de recursos humanos em locais de produção, cujo nível encontra-se relativamente atrasado.

Além do mais, levando em consideração a existência de instituições de pesquisas superiores, a possibilidade de transferências de tecnologias também merecem ser estudadas, por meio de estágios para terceiras nações da JICA, o que envolveria as nações da América Latina e nações africanas de língua portuguesa (Moçambique, Angola e São Tomé Príncipe).

4. Incremento das Cooperações no Setor do Meio Ambiente e Intensificação das Considerações ao Meio Ambiente

Os problemas do meio ambiente no Brasil podem ser categorizados em duas grandes áreas a seguir:

- (1) Problemas do meio ambiente natural representados por devastação da floresta, decréscimo das espécies da fauna na região da Amazônia e desertificação da região Nordeste.
- (2) Problemas da poluição pela industrialização e crescimento urbano em formas de poluição atmosférica, poluição hídrica e problemas de tratamento de detritos.

Como características regionais, o problema do meio ambiente natural é marcante nas regiões Norte e Nordeste, enquanto os problemas da poluição encontram-se notadamente nas áreas urbanas do litoral do oceano Atlântico e nas áreas mineiro-industriais do interior. A peculiaridade deste problema é o fato de estar intimamente conectado com todos os setores, desde agrícola, mineiro-industrial, recursos humanos até sanitário e médico.

No que se refere à cooperação aos problemas do meio ambiente natural, como é observado pelo problema de desenvolvimento da floresta tropical úmida da Amazônia, que atraiu a atenção internacional, já é um consenso geral entre as nações cooperantes a importância da cooperação pela preservação desta floresta. Quanto aos problemas da poluição, existem setores em que a nossa nação possui um acúmulo de tecnologias e conhecimentos baseado em própria experiência, por exemplo, em poluição atmosférica urbana, tratamento de esgoto, controle de poluição por veículos automotores, poluição por mineração e tratamento de detritos industriais, sendo primordial incrementar acentuadamente cooperações também nesta área.

A região tropical brasileira envolve duas áreas naturais extremamente contrastantes, ou seja, uma úmida e outra semi-árida, e o aproveitamento racional e eficiente dos recursos ambientais nas ambas áreas será tema de crítica importância. Especialmente, a cooperação da nossa nação na transferência de tecnologias é altamente significativa para pesquisas e investigações básicas da fauna e recursos genéticos concentrados nas duas florestas tropicais. Também será de grande importância conduzir pesquisas e investigações conjuntas nipo-brasileiras a longo prazo. Nesse sentido, é desejável uma ativa participação da nossa nação, incluindo este assunto como um dos temas de cooperação, tendo em vista a necessidade de realização do desenvolvimento sustentado.

Ao abordar problemas ambientais como estes, seja do meio ambiente natural, seja da poluição, é necessário ponderar as características de cada região, assim como o relacionamento de complementação mútua entre as mesmas. Para tal fim, é necessário adotar uma abordagem integrada, que permita a execução de medidas intersetoriais, abrangendo todos os setores de desenvolvimento, sem limitar-se em paradigmas convencionais. Nesse sentido, demanda-se um imediato incremento e aperfeiçoamento na estrutura executiva, tanto para medidas ambientais como para ponderações ambientais, no Japão e no Brasil. Apenas como referência, o "Grupo de Estudos de Assistência por Setores (Meio Ambiente) da JICA", no seu encontro de dezembro de 1988, formulou seguintes quatro propostas como assuntos que deveriam ser considerados pelo Japão:

- (1) Execução da ponderação ambiental (inclusão da ponderação ambiental na fase inicial do projeto de desenvolvimento, elevação do nível de vida local, sustentabilidade do desenvolvimento, etc.)

- (2) Incremento de empreendimentos correlatos ao meio ambiente (treinamento de recursos humanos em nações em desenvolvimento, cooperação para coleta e arranjo de informações básicas, cooperação para formulação do plano piloto, execução de projetos relacionados à preservação ambiental, etc.)
- (3) Estruturação sistemática de informações relacionadas ao meio ambiente
- (4) Estruturação institucional para execução das ponderações ambientais pelos órgãos executivos de cooperação

4-1. Problema do Meio Ambiente Natural

O tema da preservação da floresta tropical úmida da Amazônia tem atraído a atenção do mundo inteiro, e também tem sido tratado como tema de prioridade máxima pelo governo brasileiro. Portanto, é um assunto para o qual a nossa nação deve cooperar ativamente. Como métodos concretos de cooperação, serão necessárias medidas intersetoriais, desde cooperação técnica para preservação e manejo florestal, execução da pesquisa e avaliação do impacto ambiental pelo desmatamento e desenvolvimento até contramedidas para poluição pela contaminação de mercúrio, que por sua vez, tem sido um assunto de grande polêmica nos últimos anos.

Sob a ótica da abordagem integrada, será necessário contemplar o relacionamento regional entre Norte e Nordeste. Como a progressiva desertificação e o aumento da população carente do Nordeste têm sido fortes fatores impulsionadores do desenvolvimento da Amazônia, é necessário apoiar, através de metodologias realísticas e eficientes, um meio de coexistência do meio ambiente natural com os desenvolvimentos sustentados integrados. Estas metodologias integradas abrangeriam absorção e enraizamento da população carente na área do Cerrado pela irrigação e desenvolvimento da área, assim como o manejo e dos recursos florestais e a diversificação das atividades agrícolas na área da caatinga do Nordeste, a elevação do nível de vida, o treinamento profissional, e os projetos integrados de desenvolvimento rural por meio de combinações de metodologias acima mencionadas.

Do ponto de vista de manutenção da vida do povo local, o respeito aos direitos pela vida dos nativos das tribos indígenas e dos seringueiros é o pré-requisito para medidas ambientais, onde deve conter o desenvolvimento, preservando totalmente o meio ambiente das áreas circun-adjacentes aos territórios dos primeiros ocupantes daquela região.

4-2. Problemas da Poluição nas Áreas Urbanas e Mínero-Industriais

O acelerado processo da industrialização, ocorrido no período do crescimento econômico das décadas de 1960 e 1970, causou poluições atmosférica, fluvial e marítima por detritos industriais, assim como problemas de tratamento destes detritos. Estes problemas são graves principalmente nas áreas mínero-industriais. Por outro lado, este processo da industrialização originou o crescimento urbano, que por sua vez, causou outros problemas como as de poluições atmosférica e sonora por veículos automotores, deterioração da qualidade hídrica por esgoto e por detritos domésticos, além do da falta de habitações. Diante a esta situação, o governo brasileiro, durante o período do início até meados da década de 1970, preparou a institucionalização de uma agência, encarregada em assuntos do meio ambiente, e estabeleceu a instituição administrativa do meio ambiente através de promulgações de leis relacionadas. Desde então, esta agência tem executado a estruturação das contramedidas relacionadas aos problemas de poluição, obtendo graduais resultados.

A nossa nação tem executado algumas cooperações em assuntos relativos à prevenção da poluição na mineração, ao projeto de cooperação para pesquisa florestal de São Paulo e à recepção de estagiários relacionados ao meio ambiente. Porém, quanto à cooperação para estruturação e aprimoramento do meio ambiente urbano do Brasil, cujo processo do crescimento tem sido drástico, requer um incremento ainda mais acentuado para o futuro. A nossa nação deve intensificar a cooperação, pelo fato de possuir um acúmulo de tecnologias e experiências, especialmente quanto aos assuntos de monitoramento e controle das poluições atmosférica e hídrica, contramedidas para poluição por veículos automotores, tratamento de esgoto e tratamento de detritos nocivos das indústrias mínero-industriais, entre outras.

O influxo da população carente de outras regiões, principalmente do Nordeste, é um dos fatores da explosão demográfica nas áreas urbanas. Esta população migrante tem formado zonas residenciais não legalizadas chamadas de favelas, vivendo em ambientes precários, numa situação de incerteza tanto socialmente como economicamente. É urgentemente necessário um planejamento urbano apropriado nas áreas urbanas do Brasil, e simultaneamente, é de importância crítica resolver os problemas de pobreza nas áreas rurais, pois é o principal fator impulsor da migração demográfica às áreas urbanas. A nossa nação deve cooperar na elaboração e execução dos planejamentos urbanos e de desenvolvimento regional, contemplando o desenvolvimento equilibrado de todo o território nacional brasileiro.

4-3. Aproveitamento Racional de Recursos Ambientais e Cooperação para suas Pesquisas

Para o Brasil, que depende da importação do petróleo, o incremento da eficiência energética e a contenção do crescimento da demanda energética é um dos temas de primordial importância no desenvolvimento. A nossa nação possui uma experiência na promoção da conservação de energia desde o início da década de 1970, portanto, é importante ativar a cooperação tecnológica do setor, incluindo a dos recursos renováveis.

Outrossim, quanto aos recursos da floresta tropical úmida, da floresta tropical estacionária e da caatinga, a nossa nação deve oferecer generosamente a cooperação, no sentido de elaboração de modos efetivos de aproveitamento e preservação dos mesmos sob uma perspectiva a longo prazo e global. Estas cooperações englobariam, por exemplo, prosseguimento de pesquisa, investigação e esclarecimento da situação relativas ao ecossistema e à rica variedade de reservas biológicas destas florestas tropicais.

5. Cooperação ao Desenvolvimento de Recursos Humanos e Cooperação Científica e Tecnológica

5-1. Cooperação ao Desenvolvimento de Recursos Humanos

Quanto aos problemas da educação básica, sob o espectro do desenvolvimento de recursos humanos, pode-se mencionar a disparidade regional nos índices de atendimento escolar e de alfabetização. Entre alguns dos principais fatores do problema, destacam-se os da falta de recursos humanos e de instalações educacionais, além da carência material das famílias. Desse modo, é desejável incrementar a assistência e cooperação que ajustem esta disparidade por meio de elevação dos índices de atendimento escolar primário e secundário, assim como através da alfabetização do povo local.

Por outro lado, quando a nossa nação conduzir assistência e cooperação relativas ao desenvolvimento de recursos humanos, também será importante considerar os altos níveis científico e tecnológico existentes no Brasil, assim como o brusco crescimento da demanda dos setores da tecnologia de ponta, realizando uma transferência de tecnologia e formação de recursos humanos que sejam apropriadas às necessidades da época. Além do mais, para realização da modernização da economia, anunciado no Plano Collor, é indispensável a formação imediata de dirigentes técnicos e de administradores dotados de filosofia empresarial. Para este tipo de objetivo, serão necessárias não somente as cooperações intergovernamentais, mas também uma participação ativa das empresas privadas japonesas. Especialmente, tratando-se de efetividade industrial e modernização empresarial, é desejável que a cooperação seja conduzida sobre o alicerce do setor privado.

5.2. Cooperação Científica e Tecnológica

Quanto à cooperação científica e tecnológica, se considerar os altos níveis científico e tecnológico do Brasil, seria desejável uma ativa consulta mútua e estudo, não somente dentro do esquema das consultas setoriais intergovernamentais, mas também através do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Nipo-Brasileira (firmado em maio de 1984) e do Simpósio Nipo-Brasileiro de Ciências e Tecnologia, entre outros, estabelecendo um esquema de cooperação mais ampla.

Dentre estas consultas setoriais, embora aquelas cooperações técnicas que se baseiam na Assistência Governamental do Desenvolvimento (ODA) devam ser concentradas nas ocasiões da Consulta Anual Nipo-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, seria desejável que o atual relacionamento, com suficiente amplitude e elevado nível de cooperação na área científica e tecnológica, seja mais ainda ampliada e incrementada sobre ambas as bases, governamental e privada.

6. Aperfeiçoamento das Infraestruturas

O Brasil está numa situação em que não se pode esperar por investimentos públicos de larga escala, por estar sob a política de contenção econômica, e a execução dos projetos de aperfeiçoamento das infraestruturas, está sendo adiada exceto os prioritários. Por conseguinte, ao abordar execução de projetos relativos ao aperfeiçoamento das infraestruturas, a nossa nação deve respeitar a ordem prioritária de desenvolvimento estabelecida pelo Brasil. Basicamente, precisarão de um atendimento ativo para aqueles projetos de aperfeiçoamento das infraestruturas que tragam melhoramentos na vida social, tais como serviços de água e esgoto, distribuição de energia elétrica regional, rede de comunicações e de rodovias, entre outros.

Outrossim, inclusive no sentido de apoiar o tema prioritário do plano de desenvolvimento econômico, ou seja, a erradicação da pobreza do Norte e Nordeste, é necessário abordar o aperfeiçoamento da infraestrutura social destas regiões com máxima prioridade. Dentre os aperfeiçoamentos da infraestrutura social, é desejável que seja conduzida uma cooperação que propicie a elevação dos níveis dessas regiões, especialmente em setores mais atrasados em relação às outras regiões, como serviços sanitário/médico/higiene e educacional. Também, quando da execução desses projetos, plena ponderação e consideração serão indispensáveis no que tange aos melhoramentos do ambiente da vida do povo e da comunidade local, respeitando os seus direitos pela vida por meio de adequação do grau do nível técnico, considerando tanto o meio ambiente como a sustentabilidade do desenvolvimento.

7. Promoção de Cooperações nos Setores Mínero-Industrial e Energético

7-1. Indústria

A política industrial do governo Collor está conduzindo ativamente a abertura do mercado e internacionalização das suas indústrias para a reestruturação da economia brasileira. Para este objetivo, será necessário fortalecer a indústria existente e consolidar o novo modelo industrial, portanto, a indústria brasileira está de face às mudanças e reformas estruturais.

Como medidas concretas desta nova política industrial, estão incluídas as execuções do Plano de Indústria Competitiva (PIC) e Plano Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) como as de maior ênfase. A meta principal destas medidas estão no desenvolvimento do setor de tecnologias de ponta (informática, química fina, biotecnologia, maquinarias de precisão, novos materiais, etc.), assim como a recuperação da força de alguns setores existentes com certo grau de competitividade internacional, através do aprimoramento em qualidade e produtividade que são os fatores básicos. A nossa nação está provida de alta competitividade internacional no segmento da tecnologia de ponta, assim como tem um acúmulo de tecnologias e 'know how' para o aprimoramento intensivo dos sistemas de controle de qualidade e de produtividade, justamente o que necessita o lado brasileiro. Portanto, será possível induzir e transferir tecnologias de ponta e 'know how' baseados em experiências para apoiar a dinamização e a competitividade das indústrias brasileiras.

Vale ressaltar que, diante à situação atual do desperdício de recursos e energias esgotáveis, a efetivação da tecnologia de conservação energética é outro setor para o qual o Japão deve cooperar intensamente através da transferência de tecnologias. Para incrementar e realizar efetividade econômica, fortalecimento da estrutura administrativa, intensificação do controle de qualidade e de produtividade, é indispensável a formação do quadro de administradores munidos de uma filosofia empresarial definida, dentro do contexto da livre economia, por conseguinte, é desejável a cooperação japonesa para a formação e o desenvolvimento de recursos humanos neste setor.

Na realidade, tecnologias e experiências japonesas deste setor estão quase na sua totalidade acumuladas em empresas privadas, portanto, para execução efetiva e racional da cooperação, é de absoluta necessidade, contar com a participação e colaboração de empresas privadas. Para isto, é importante recrutar especialistas do setor privado, conduzir empreendimentos de recepção de estagiários em empresas privadas, e ,incrementar e promover aprimoramentos do ambiente para investimentos do setor privado ao Brasil.

7-2. Indústrias de Mineração e de Energia

A indústria de mineração é um setor com uma larga margem para o desenvolvimento de recursos minerais favorecido pela amplitude da dimensão territorial. Especialmente, os volumes das reservas de minério de ferro, bauxita, manganês e urânio são abundantes, havendo expectativas pelo desenvolvimento crescente. Dessa maneira, é desejável que as cooperações da nossa nação fossem executadas através da transferência das tecnologias de prospecção das mais modernas e das tecnologias de concentração, depuração e refinação dos metais não-ferrosos, e também das tecnologias de contramedidas preventivas de poluição atmosférica e de qualidade hídrica desse setor.

Por outro lado, diante o fato do avanço gradual do desenvolvimento de mineração em direção ao Norte e à Amazônia, é necessário uma plena consideração ambiental para que o desenvolvimento não degrade o espaço físico, social e cultural dos povos das comunidades locais. Nesse sentido, os indígenas também devem ser respeitados para não ameaçar os seus direitos e necessidades. A garimpagem, especialmente, na região da Amazônia nos últimos anos, tem causado poluição de mercúrio de consequências de extrema periculosidade, provocando, num lado, prejuízos ao organismo humano através dos peixes dos rios ingeridos, e noutro lado, intoxicação pela inalação do vapor de mercúrio no local da garimpagem. Trata-se de um problema que requer, não somente uma imediata tomada de medida do governo brasileiro, mas também da parte da nossa nação, um estudo sobre a ativação da cooperação.

Quanto às contramedidas para carência de energia, serão importantes, além da exploração de recursos petrolíferos no país, o desenvolvimento de energias alternativas. Estas contramedidas teriam efeito na elevação do índice de auto-suficiência por meio de recursos energéticos renováveis, tanto pela indução de álcool e energia solar, como pela indução de tecnologias de conservação e reciclagem de recursos energéticos.

A nossa nação está provida não somente de abundante acúmulo de experiências e de tecnologias referentes ao desenvolvimento de energias renováveis como a solar, entre outras, mas também medidas de conservação energética e ao reaproveitamento de recursos. Por conseguinte, é desejável cooperar às medidas energéticas do Brasil sob o ponto de vista a longo prazo, por meio de transferência de tecnologias e cooperação em pesquisas de desenvolvimento tecnológico.

IV. Pontos a Considerar na Execução das Cooperações

Para que a nossa nação possa executar efetivamente cooperação com o Brasil, a fim de atingir os objetivos mencionados nos Itens Prioritários, será necessário uma plena consideração em relação a seguintes pontos na ocasião do planejamento e na execução da cooperação:

1. Identificação e Formulação de Melhores Projetos através das Consultações Mútuas Nipo-Brasileiras

O lado brasileiro objetiva uma cooperação provida de máxima eficiência e apropriada às necessidades e aspectos locais, através de trabalhos conjuntos minuciosos com o lado japonês. Nesse sentido, ao conduzir cooperação com o Brasil, será importante que o nosso lado consulte densamente em parceria com o governo brasileiro, desde a etapa da "entrada" do ciclo de projetos, ou seja, a partir da fase de identificação e de seleção de projetos, para viabilização ativa da identificação e da formulação de melhores projetos a serem executados. Para isto, será essencial um processo para verificar concepções de ambos os lados, por meio de diversas oportunidades de trabalhos minuciosos em conjunto, tendo como a essência a Consultação Anual Nipo-Brasileira de Cooperação".

2. Considerações quanto às Disparidades Regionais

O Brasil possui um imenso território nacional envolvendo significativa diversidade em termos de natureza, clima, raça, cultura e graus de progresso no desenvolvimento sócio-econômico, tanto como em diferenças de capacidades técnicas e financeiras de órgãos parceiros na cooperação. Considerando estes pontos, será importante atribuir flexibilidade em metodologias e em condições de cooperações no ato da execução das mesmas, para que possa refletir sobre condicionamentos e posicionamentos de desenvolvimentos.

Portanto, para a execução da cooperação com o Brasil, é preciso considerar estas disparidades regionais marcantes implícitas no país, devendo considerá-las suficientemente na ocasião da definição concreta da região prioritária e de implantação do projeto de cooperação setorial. Vale ressaltar que, o critério convencional padronizado de execução de cooperação está baseado em parâmetros econômicos como PNB das nações em questão. Por conseguinte, para o caso do Brasil, este critério precisaria ser revisto de acordo com a região e a qualidade do projeto em questão, ao contrário da adoção de um critério padronizado.

Por outro lado, em vez de conceber diversificadas qualidades do Brasil apenas como sendo um fator negativo de "disparidade regional" que necessita ser ajustada, seria importante também, observá-la sob uma visão total de inter-relacionamento regional. As características de cada região poderiam ser aproveitadas num esquema nacional de complementação mútua e cooperação, no sentido de realização de um crescimento em múltiplos aspectos. Por exemplo, na preservação ambiental, a abordagem deve visar a harmonia do território nacional como um todo, conjugando a preservação ambiental da floresta tropical úmida da Amazônia com a prevenção da desertificação, e aprimoramento da região semi-árida do Nordeste. Ou também, conjugar reflorestamento das áreas de correntes fluviais superiores com a prevenção de inundações das áreas urbanas.

Da mesma maneira, quanto às medidas para classe de renda absolutamente baixa das áreas urbanas, em vez de discutir somente as medidas de salvação por meio de criação de empregos e/ou aprimoramento de condições médico-sanitárias, é necessário observar os "fatores impulsionadores" das sociedades rurais. Como estes fatores têm sido responsáveis pelo fluxo de suas populações para áreas urbanas, é necessário estabilizar a população local através de incrementação da produtividade agrícola, e criação de oportunidades de emprego, entre outras medidas.

Portanto, é preciso adotar uma estratégia de cooperação ponderando o relacionamento de complementabilidade mútua entre regiões. Também é primordial, no sentido de apoiar o empenho do Brasil pela autosuficiência em cooperação, proceder transferência e difusão tecnológica inter-regional, de uma região provida de alto nível tecnológico e capacidade de absorção de assistência, ou seja do Sudeste, para regiões menos desenvolvidas como Norte e Nordeste.

3. Considerações Ambientais em Ocasões da Execução de Cooperações

Quanto à abordagem de problemas ambientais, não se consegue obter uma solução fundamental se observar o problema através de um projeto ambiental (especificamente ambiental) que trata o meio ambiente como um setor independente. A abordagem dos problemas ambientais só pode ser considerada adequada, quando as considerações ambientais estiverem incorporadas desde as etapas iniciais da formulação de planos de desenvolvimento de diferentes setores, garantindo a sua execução dentro do esquema de projetos (ambiente integrado).

Consideração ambiental significa formulação dos planos de desenvolvimento de diferentes setores, através de um pleno reconhecimento por ambas as partes, ou seja, nações cooperantes e cooperadas, baseando-se em três pensamentos fundamentais a seguir:

- (1) Os projetos em nações em desenvolvimento são aqueles que, através da determinação da intenção dessas nações, serão executados dentro do território dessas nações, obedecendo a leis e regulamentos relacionados dessas nações, portanto, "os gestores das execuções devem ser as próprias nações cooperadas".
- (2) "É primordial garantir a sustentabilidade do desenvolvimento", ponderando o equilíbrio entre projeto de desenvolvimento e áreas circun-adjacentes, incluindo recursos naturais, e bases da vida e da subsistência do povo local.
- (3) Empenhar-se pela eliminação de fatores impactantes negativos do desenvolvimento ao meio ambiente numa etapa inicial tanto quanto possível, ou seja, "imediata execução das considerações ambientais".

(Fonte: Relatório do Grupo de Estudos de Assistência por Setores da JICA: Meio Ambiente)

Como o Brasil possui a maior floresta tropical úmida do mundo, o avanço da devastação florestal pelo desenvolvimento, assim como o processo de desertificação do Nordeste, proporcionam um impacto que se propaga para o mundo inteiro, pela sua imensidade e preciosidade de recursos naturais, por conseguinte, trata-se de uma nação com um problema profundo. Por outro lado, também é notável a poluição decorrente de crescimentos industriais e urbanos, e problemas ambientais tornaram-se em temas graves e inevitáveis para quaisquer dos setores. Desse modo, considerar os problemas ambientais dentro do processo de desenvolvimento no Brasil, seria um procedimento totalmente justificável. Nesse sentido, é desejável que a nossa nação, ao longo do acúmulo de minuciosas consultas com autoridades competentes brasileiras, consolidar, prontamente, um sistema executivo de consideração ambiental e conduzir intensivas cooperações.

4. Ponderação à Dinâmica do Setor Privado

Tratando-se do desenvolvimento econômico brasileiro, é primordial considerar os temas prioritários do Plano Collor, como a promoção da privatização das estatais, a efetivação das indústrias e a indução ativa da dinâmica do setor privado.

Da nossa parte, inicialmente seria necessário, dentro do esquema convencional de assistência e cooperação intergovernamentais, atribuir maior importância aos projetos e projetos pilotos que incentivem a participação e/ou a indução da dinâmica do setor privado. Por outro lado, é necessário atribuir maiores considerações aos empreendimentos de cada cooperação técnica, por meio do envio de consultores especialistas no ramo de gerenciamento empresarial, assim como da execução de estágios técnicos em empresas japonesas para executivos técnicos brasileiros.

Embora a participação de empresas privadas nessas cooperações governamentais seja importante, também seria indispensável a incrementação e a promoção da cooperação propriamente dita do setor privado. Nesse sentido, é desejável a consolidação de amplo relacionamento de cooperações a níveis governamental e privado, nos segmentos de cooperação e de intercâmbio econômico.

5. Consonância entre Governos Federal e Estaduais e Órgãos Administrativos Regionais

Para incorporar ativamente e minuciosamente ambos os aspectos de necessidades e de desenvolvimento de cada região do Brasil, com vasto território e diversidade racial e cultural, e tê-los refletidos na cooperação, é primordial incrementar o funcionamento de comunicação e coordenação entre governos federal, estaduais e entidades administrativas regionais. Do nosso lado também, será necessário dar plena importância à consonância daqueles gestores da execução do projeto, ou seja, sintonia entre os órgãos administrativos regionais com o governo federal. Caso necessário, o lado japonês deverá empenhar-se para servir como intermediário entre as duas partes ao longo da execução da cooperação.

Vale ressaltar que, na etapa da "entrada" do ciclo de projetos, também será importante investigar e analisar sobre necessidades regionais e intenção geral do povo. Especialmente, quando um desenvolvimento pode envolver os direitos pela vida do povo local e ambiente social, serão necessários promover uma participação ativa das autoridades locais em consultas e em investigações "in loco". É preciso também, em operações e em pesquisas conjuntas, ouvir atentamente às suas opiniões para obtenção de um consenso satisfatório referente a projetos.

6. Conhecimentos e Experiências dos Integrantes da Colônia Japonesa

Ao rever a história de cooperação e intercâmbio nipo-brasileiros e tentar definir o caminho do futuro, a existência da colônia japonesa, enraizada na sociedade brasileira com uma atuação em amplos setores, é um fator profundamente significativo, que poderá desempenhar um papel primordial dentro da perspectiva de execução das cooperações com o Brasil. Por esta ótica, seria proveitoso aprender através de conhecimentos e experiências fomentados pela colônia japonesa, no sentido de acelerar o processo de compreensão a respeito do Brasil, e ao mesmo tempo, obter maior efetividade na cooperação.

Em termos concretos, pode-se esperar por contribuição de técnicos e engenheiros nipo-brasileiros, que têm atuado em vários setores, servindo como pontes na transferência de tecnologias em cooperações executadas por nossa nação, assim como em cooperações para terceiras nações da JICA, aproveitando o alto nível tec-

nológico existente no Brasil. Há vários exemplos no passado em que a participação de elementos nipo-brasileiros, como especialistas da parte brasileira, tivesse contribuído para maior fluidez e eficácia na execução de projetos. Além do mais, para o futuro, também poderia ser um meio eficaz e significativo incluir técnicos e engenheiros nipo-brasileiros no esquema de cooperação japonesa, recrutando-os como especialistas de cooperação técnica às nações de idiomas português e espanhol.

Ao considerar a efetividade industrial e a dinamização do setor privado, que são temas da economia brasileira, seria de grande valor o papel que nipo-brasileiros (principalmente de descendentes posteriores a segunda geração) poderiam desempenhar como coordenadores e/ou quadros gerenciais que liguem as empresas japonesas com as brasileiras. Através destes recursos humanos, que vivem na sociedade brasileira, é possível atribuir-lhes um papel de catalisador para difusão de tecnologias e filosofias empresariais japonesas em empresas brasileiras, para realização de uma contribuição mais direta no processo de modernização da economia brasileira.

7. Considerações sobre o Papel de Mulheres no Desenvolvimento (WID: Women in Development)

O anúncio da diretriz da "Cooperação para Desenvolvimento para a Década de 1990" do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) foi, na síntese, "Uma ativa participação de mulheres em todas as etapas no processo do desenvolvimento é um fator primordial para um desenvolvimento sustentado do modelo participação", apontando claramente a importância do papel de mulheres na cooperação para o desenvolvimento".

O relacionamento entre emancipação feminina e desenvolvimento tem sido intensamente discutido, nos últimos anos, entre ONU, organizações internacionais e nações desenvolvidas cooperantes. Dessa maneira, o tema WID tornou-se em um assunto que requer suficiente consideração ao executar cooperação de desenvolvimento às nações em desenvolvimento, equiparando-se a níveis dos problemas ambientais e de pobreza. Portanto, ao executar cooperação de desenvolvimento no Brasil, será necessário considerar o conceito básico de WID composto por três princípios a seguir:

- (1) Emancipação geral de mulheres das nações em desenvolvimento
- (2) Considerar as mulheres não somente como beneficiárias do desenvolvimento, mas também promovê-las a participarem como componentes ativos do desenvolvimento
- (3) Cooperação de desenvolvimento por nações desenvolvidas e órgãos internacionais com plena consideração a respeito

Desse modo, será necessário estudar as considerações de WID em cooperações de desenvolvimento, abrangendo todos os setores desde agrícola, sanitário/médico e até ambiental.

V. Considerações a Respeito do Sistema Japonês de Assistência e Cooperação

1. Formulação de Assistências Ativas e Planejadas e Promoção de Diálogos Políticos

No procedimento das cooperações para o desenvolvimento, a nossa nação tem mantido uma posição de ponderação à autonomia e ao esforço próprio daquelas nações cooperadas, na base de recepção de demandas. Não obstante, está sendo reconhecida, pela parte das nações cooperantes, a necessidade de uma participação mais ativa e planejada, visando uma execução efetiva de cooperações. A parte brasileira apresentou, exatamente como se estivesse a tentar ajustar à tendência da nossa nação na promoção de efetividade das cooperações, a Proposição para Ação da Cooperação Técnica Bilateral Nipo-Brasileira, em junho de 1989. Esta Proposição brasileira tem como estrutura básica, a distribuição de tarefas entre duas partes em todas as etapas dos projetos, através de consultas mútuas e formulação de diretrizes da cooperação. Este processo cobre desde identificação dos projetos e definição da prioridade de execução até inspeção e avaliação, por meio de minuciosos trabalhos de sintonização entre as duas partes. No que tange ao setor do meio ambiente, já se começou a formulação do plano através da colaboração nipo-brasileira ("Programação Conjunta").

Ao proceder cooperação com o Brasil, são de importância crítica os diálogos políticos detalhados, baseando-se em perspectivas do desenvolvimento econômico. Estes diálogos abordariam assuntos sobre as diretrizes da cooperação de desenvolvimento a médio prazo, as prioridades políticas e os fatores restritantes do desenvolvimento. Além do mais, é necessário elaborar uma estrutura básica ("framework") mais ampla da política de cooperação, por meio de diversas oportunidades de consultas mútuas e troca de opiniões, inclusive através da Consulta Mútua Anual Nipo-Brasileira para Cooperação Técnica atualmente em vigor. Em sintonia com a intenção da parte brasileira acima mencionada, será importante trocar minuciosamente opiniões, e estabelecer um consenso entre as duas partes, partindo da etapa da "entrada" deste "framework".

Para a formulação do plano de cooperação, serão precisos não somente de informações gerais sobre o Brasil, mas também de informações completas sobre características de regiões em questão. O esquema convencional de atendimento compreende envios de investigadores de planejamentos, de missões para formulação de projetos e de consultores especialistas. Além desse esquema, seria desejável também, promover investigações diversificadas e intercâmbios por meio de troca de opiniões, nas quais participem os acadêmicos de ambas as partes, os pesquisadores a respeito de região em questão e os dirigentes das atividades comunitárias, no sentido de obtenção de compreensão mútua e definição do consenso.

2. Operação Flexível de Cooperações

A cooperação da nossa nação é conduzida baseando-se em princípios de respeito à gestão e à autonomia das nações cooperadas, no sentido de apoiar o seu esforço próprio. Porém, tratando-se de nações medianamente desenvolvidas como no caso do Brasil, que possui certo nível de poder econômico, a execução da cooperação é feita principalmente em setores técnicos e tecnológicos, com regulamentos básicos de participação brasileira, em termos tecnológicos e financeiros. Vale ressaltar que, o lado brasileiro, em consideração ao seu próprio poderio econômico e tecnológico, não tem solicitado as medidas de cobertura dos custos recorrentes das nações cooperantes. O mesmo tem acontecido nos casos de aprimoramento de infraestruturas que, normalmente, a nossa nação tem admitido dentro do esquema de execução de cooperação técnica.

Estes princípios básicos devem continuar a ser respeitados. Porém, ao observar às necessidades internas do Brasil, com uma realidade de diversidades regionais e sociais acompanhadas de disparidades notáveis entre regiões e classes sociais, estes princípios de atendimento precisam ser ajustadas. O atual esquema é inviável e irrealístico, por adotar aplicação de apenas um critério de execução de cooperação, comum e uniforme para toda a nação. Nesse sentido, será necessário, para o futuro, operar com critérios flexíveis de cooperações, de acordo com a situação local, especialmente com regiões atrasadas no desenvolvimento, como Norte e Nordeste do Brasil, assim como quanto aos problemas ambientais.

Pode-se conceber duas facetas numa operação flexível. A primeira seria em termos de modalidade de cooperações. Neste caso, em vez de aplicar um critério convencional limitador da execução segundo os índices econômicos como PNB da nação em questão, poderia aplicá-lo flexivelmente de acordo com a situação da região, do distrito e/ou do setor daquela nação. Esta faceta traria, indubitavelmente, vantagens em condução de cooperações com extrema adaptabilidade, e um resultado imediato e eficaz para regiões em questão e seus residentes, além de efeitos sinérgicos pela combinação com cooperações técnicas executadas convencionalmente.

A segunda faceta seria em termos de operação flexível das cooperações convencionais. Por exemplo, ao conduzir assistência a uma classe carente de uma região rural, não se pode esperar, na maioria dos casos, por um sistema de recepção satisfatoriamente estruturado. Por outro lado, existe o problema da falta de experiência da parte da nossa nação em cooperações, além da complexidade dos componentes de cooperação. Nestes casos, o custo local tende a pesar em relação ao custo total do projeto, sem mencionar no aumento do risco. Portanto, seria inviável que estas cargas fossem assumidas por um órgão parceiro regional. Portanto, seria necessário aventar idéias que aliviassem a carga do parceiro na fase inicial, e conforme o andamento dos projetos, transferir-lhes gradualmente a administração dos mesmos.

Nas assistências relativas às necessidades humanas básicas (BHN), como as de tratamentos primários médico-sanitários e de educação para alfabetização, são indispensáveis amplas ações junto às sociedades locais e participação do povo local. Dessa maneira, seria necessário uma postura flexível de ambas as partes, do Brasil e do Japão, e não enrijecer-se dentro dos métodos convencionais quanto à doação de materiais e equipamentos, e à assunção das cargas de custos locais necessários para administração de projetos, etc.

Esta flexibilização das cooperações não objetiva uma formação de medidas excepcionais através de considerações especiais, e sim, um significado profundo no sentido de readequação do esquema de cooperação do Japão para permitir um atendimento a ampla gama de necessidades. Assim sendo, é desejável que tais reivindicações possam ser realizadas por meio de minuciosas consultas mútuas e troca de idéias entre Brasil e Japão.

3. Promoção de Cooperações entre Nações em Desenvolvimento

Pelo elevado nível tecnológico do Brasil, e pelo papel de liderança em relação às nações do Terceiro Mundo, existe uma expectativa pelo incremento das cooperações dentro da sua região (América Latina) e transferência de tecnologia para fora da região (nações africanas de idioma português). No que se refere às cooperações entre nações em desenvolvimento, é um assunto que possibilitará expandir as bases de assistências e propagação de seus efeitos, se houver apoio ativo da nossa nação. Dessa maneira, é desejável que haja um incremento de cooperações em setores em que melhores êxitos poderiam ser obtidos, se a transferência de tecnologias for conduzida através da base brasileira, devido à similaridade de condições naturais e de desenvolvimento, além da vantagem do idioma comum.

A cooperação do Japão no Brasil tem coberto amplas gamas, desde transferência de tecnologias fundamentais até cooperação em pesquisas de níveis extremamente altas, verificando-se vários setores em que o grau de maturação de transferência tecnológica já tenha atingido altos níveis. Dentre estes, quanto àqueles setores de maior demanda pelas nações em desenvolvimento, seria importante elevar o nível de cooperação visando maior aprimoramento da capacidade das organizações contrapartidas, de modo que estas passem a assumir uma posição de nação instrutora. Dessa maneira, a execução da transferência de tecnologias que, eventualmente, possam ser aproveitadas como cooperação tecnológica triangular, envolvendo nações em desenvolvimento, é de grande importância no sentido de promover a diversificação de cooperações.

Na promoção da cooperação técnica entre nações em desenvolvimento, além do incremento do Treinamento para Terceiras Nações da JICA, com bases no Brasil, seria possível executar transferência de tecnologias através do envio de técnicos brasileiros a terceiras nações, mesmo que estas estejam fora da área da América Latina. Dessa maneira, é desejável um debate ativo para tais medidas.